

**TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO: CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS
ENTRE PREBISCH, LEWIS, HIRSCHMAN E FURTADO.
*DEVELOPMENT THEORIES: CONVERGENCES AND DIVERGENCES AMONG
PREBISCH, LEWIS, HIRSCHMAN, AND FURTADO.***

Grupo de Trabalho (GT): GT01 – Teoria Econômica e Métodos Quantitativos

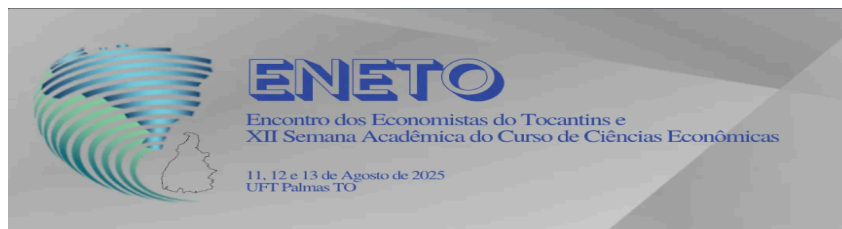
*Ana Beatriz Martinazzo – Universidade Federal do Tocantins,
ana.martinazzo@mail.uft.edu.br*

Resumo: Este artigo analisa as contribuições de Raúl Prebisch, Arthur Lewis, Albert Hirschman e Celso Furtado para o pensamento desenvolvimentista. Por meio de pesquisa bibliográfica, o estudo identifica convergências e divergências nas teorias desses autores, que, embora enfoquem diferentes aspectos do desenvolvimento, compartilham a crítica à insuficiência do mercado e defendem a intervenção estatal. Prebisch e Furtado abordam o subdesenvolvimento como resultado de estruturas históricas e relações de dependência, propondo uma industrialização autônoma. Lewis enfatiza a dinâmica interna, com foco na realocação da mão de obra e na acumulação de capital. Hirschman defende o desenvolvimento desequilibrado, baseado em investimentos estratégicos e encadeamentos produtivos. O artigo conclui que, apesar das diferenças, os quatro autores oferecem contribuições complementares à formulação de estratégias voltadas ao desenvolvimento dos países periféricos.

Palavras-chave: Economia do Desenvolvimento; Subdesenvolvimento; Industrialização; Intervenção Estatal.

Classificação JEL: B22; O10; O14.

Abstract: This article analyzes the contributions of Raúl Prebisch, Arthur Lewis, Albert Hirschman, and Celso Furtado to developmentalist thought. Through a bibliographic, the study identifies convergences and divergences among their theories. Although each author emphasizes different aspects of development, they share a common critique of market insufficiency and advocate for state intervention. Prebisch and Furtado interpret underdevelopment as a result of historical structures and external dependency, proposing autonomous industrialization. Lewis focuses on internal dynamics, particularly labor reallocation and capital accumulation. Hirschman supports unbalanced growth, driven by



strategic investments and productive linkages. The article concludes that, despite their differences, the four authors offer complementary perspectives for shaping development strategies in peripheral countries.

Key words: Development Economics; Underdevelopment; Industrialization; State Intervention.

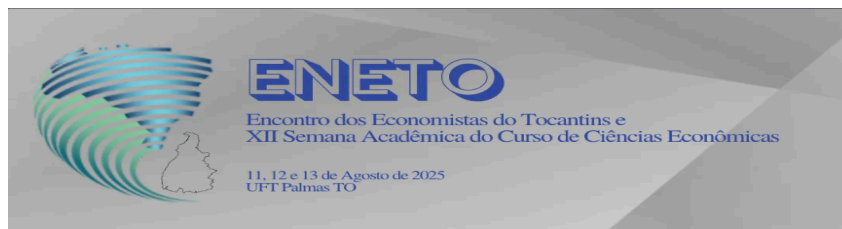
1. INTRODUÇÃO

A teoria da Economia Desenvolvimentista consolidou-se como campo teórico no contexto do pós-Segunda Guerra Mundial, impulsionada pelas intensas transformações geopolíticas da época. Esse período foi marcado pela ascensão dos Estados Unidos como potência hegemônica, pela difusão do modelo socialista liderado pela União Soviética e, sobretudo, pela fragmentação dos impérios coloniais europeus na África, Ásia e América Latina (Moreira; Crespo, 2012). A independência de diversas nações e a crescente visibilidade das desigualdades entre países centrais e periféricos despertaram o interesse por compreender por que algumas economias avançavam, enquanto outras permaneciam em situação de subdesenvolvimento.

Nesse cenário, o pensamento desenvolvimentista se estruturou como crítica às abordagens econômicas liberais, que se mostravam inadequadas para lidar com os desafios estruturais enfrentados pelos países periféricos. Para esses autores, o desenvolvimento ultrapassa o crescimento econômico mensurável, pois implica mudanças qualitativas profundas nas estruturas produtivas e sociais. Como já afirmava Schumpeter (1961, p. 74), desenvolvimento não é "mero crescimento da economia, demonstrado pelo crescimento da população e da riqueza", mas sim um processo de transformação.

Um dos eixos centrais dessa escola é a valorização do papel ativo do Estado na indução ao desenvolvimento. Como destaca Bresser-Pereira (2016), o Estado desenvolvimentista está historicamente associado a coalizões de classes que lideraram tanto a formação dos Estados nacionais quanto as revoluções industriais. Em países como Inglaterra, França e Alemanha, tais alianças envolveram desde setores da antiga aristocracia até a burguesia industrial emergente. No Brasil, essa coalizão teve sua expressão no governo de Getúlio Vargas, ao reunir a burguesia nacional, os trabalhadores urbanos, a burocracia pública moderna e parte da oligarquia agrária voltada ao mercado interno.

Considerando a persistência do subdesenvolvimento, ainda evidente nos 45 Países Menos Desenvolvidos (PMDs) — que, em 2023, concentravam cerca de 880 milhões de



peças, respondendo por menos de 2% do PIB mundial e 1% do comércio global (UNCTAD, 2023) —, este artigo tem como objetivo analisar e comparar as contribuições teóricas de Raúl Prebisch, Arthur Lewis, Albert Hirschman e Celso Furtado. Busca-se, especificamente, apresentar as bases teóricas de cada autor, identificar seus principais argumentos e propostas de desenvolvimento, e realizar uma análise comparativa das visões sobre as causas do subdesenvolvimento, o papel da industrialização, a intervenção estatal e as estratégias propostas para os países periféricos.

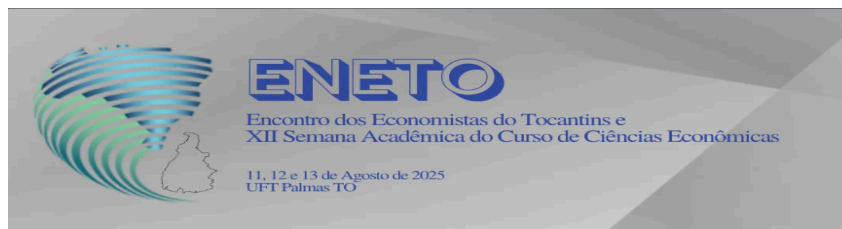
2. METODOLOGIA

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica. A abordagem qualitativa busca promover uma compreensão profunda e contextualizada do tema investigado (Leko *et al.*, 2021). Já a pesquisa bibliográfica, conforme Lim (2024), consiste na análise crítica de produções acadêmicas previamente publicadas, com o objetivo de fundamentar, contextualizar e aprofundar o objeto de estudo. Dessa forma, este trabalho se apoia na leitura e interpretação de obras como livros e artigos científicos que abordam as principais contribuições dos economistas desenvolvimentistas selecionados.

3. FUNDAMENTOS DO DESENVOLVIMENTISMO

O desenvolvimentismo pode ser entendido sob duas perspectivas complementares: como uma alternativa de organização político-econômica ao liberalismo e como uma corrente do pensamento econômico com um estilo próprio de gestão e formulação de políticas (Bresser-Pereira, 2016). Seu objetivo central era impulsionar o progresso de países periféricos ou subdesenvolvidos que ainda não haviam realizado plenamente sua industrialização nem consolidado o capitalismo.

No centro dessa ideia está a noção de que o desenvolvimento econômico depende de transformações estruturais profundas. Essa mudança, em sua fase inicial, se manifesta por meio da industrialização e, em estágios mais avançados, se traduz em uma economia orientada por serviços de alta complexidade, capital humano qualificado, tecnologias sofisticadas e maior valor agregado por trabalhador, refletindo-se em melhores condições salariais (Bresser-Pereira, 2016). Nesse sentido, a industrialização é vista como a via mais eficaz para romper com os entraves históricos do subdesenvolvimento (Castelo, 2010; Pereira, 2018).



Um elemento central dessa vertente é a crença no papel estratégico do Estado como motor do desenvolvimento. Os autores desenvolvimentistas concordam que o mercado, isoladamente, não é capaz de promover as transformações necessárias, sendo fundamental a atuação estatal no planejamento econômico, na promoção do bem-estar social e na criação de condições estruturais para o investimento privado e a inovação (Castelo, 2010; Pereira, 2018). Assim, “o papel do Estado: proporcionar aos agentes privados as condições gerais para a inovação e a acumulação de capital.” (Bresser-Pereira, 2016, p.5).

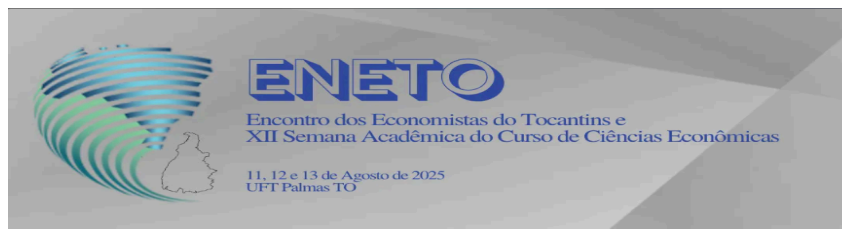
Também é recorrente, entre os teóricos dessa corrente, a valorização da soberania nacional e da autonomia frente às pressões externas, assim como a defesa de uma administração pública composta por uma elite técnica e intelectual capacitada para liderar os processos de transformação (Castelo, 2010).

Embora compartilhem o ponto de partida comum de que a industrialização é essencial para romper com a condição periférica, os autores que serão analisados a seguir — Prebisch, Lewis, Hirschman e Furtado — propõem caminhos distintos para alcançar esse objetivo. Cada um, com suas especificidades teóricas e metodológicas, contribui para a construção de um campo de pensamento que, apesar das diferenças internas, se alinha na busca por um desenvolvimento autônomo e estruturalmente transformador.

3.1 Raúl Prebisch e a Deterioração dos Termos de Troca

Raúl Prebisch (1901–1986) é amplamente reconhecido como um dos pensadores mais influentes da economia latino-americana no século XX. Sua atuação foi muito importante nos primeiros anos da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), instituição em que desempenhou papel de liderança na elaboração dos estudos iniciais e de documentos fundamentais, como o conhecido “manifesto latino-americano” publicado em 1949 (Borja, 2021). Foi nesse ambiente de inquietação intelectual, que unia economia, história e sociologia, que se consolidou o pensamento estruturalista na região (López, 2020). De acordo com López (2020), esse novo modelo teórico partia do reconhecimento de que a América Latina possuía características econômicas e sociais próprias, exigindo interpretações e soluções adaptadas às suas especificidades.

Entre as maiores contribuições de Prebisch está a formulação da Teoria Centro-Periferia, que descreve a configuração desigual da economia global. Nessa perspectiva, a América Latina ocupa historicamente a posição periférica, voltada à produção de matérias-primas e alimentos destinados aos países industrializados (Prebisch, 1949). Esse



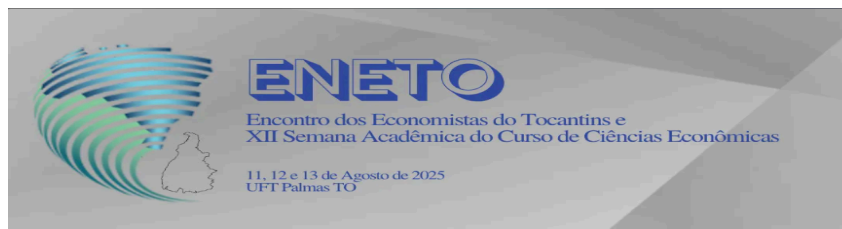
padrão de especialização, centrado em bens primários — como produtos agrícolas, minerais e combustíveis —, aprofundava a posição subordinada da região, enquanto os países do centro consolidavam sua hegemonia por meio da produção industrial (Bibi, 2024).

Um conceito-chave dentro dessa teoria é a Deterioração dos Termos de Troca. Prebisch argumentava que havia uma assimetria no comércio internacional: os produtos primários exportados pela periferia tinham uma elasticidade-renda inferior à dos bens industriais demandados pelo centro, resultando em um desequilíbrio estrutural (Bieslchowsky, 2020). Isso significava que, mesmo com o aumento da renda nos países desenvolvidos, a procura por matérias-primas crescia de forma menos acentuada do que a demanda por produtos industriais nos países em desenvolvimento.

Esse descompasso, conforme analisava Prebisch, gerava sérios obstáculos ao crescimento dos países periféricos, contribuindo para desequilíbrios no balanço de pagamentos, além de pressionar a inflação e limitar o avanço econômico (Bieslchowsky, 2020). A situação se tornava ainda mais crítica porque os preços dos bens primários apresentavam tendência de queda em relação aos manufaturados, fazendo com que os países exportadores precisassem vender volumes cada vez maiores para obter os mesmos produtos industriais (Bibi, 2024).

Diante dessa realidade estrutural, Prebisch defendia que a solução para o desenvolvimento não residia em se isolar do comércio exterior, mas sim em "saber extrair, de um comércio exterior cada vez maior, os elementos propulsores do desenvolvimento econômico" (Prebisch, 1949, p. 49). Para tanto, considerava essencial que as nações periféricas formulassem políticas internas e externas que resguardassem seus interesses, sobretudo em contextos de crise econômica global, enfatizando a necessidade de preservar sua autonomia (López, 2020).

A principal estratégia sugerida por Prebisch para romper com a condição de subdesenvolvimento foi a Industrialização por Substituição de Importações, que visava diminuir a dependência externa por meio de medidas como o controle cambial, estimulando assim um processo de industrialização interna. Segundo Borja (2021), embora promissora, essa estratégia enfrentava diversos obstáculos. Um dos principais desafios era o "círculo vicioso" da formação de capital na periferia, marcado pela baixa produtividade do trabalho e pela escassez de poupança para investimento. Além disso, a industrialização exigia divisas para a importação de maquinário e insumos, o que mantinha a necessidade de exportar



produtos primários e impunha um equilíbrio delicado entre a indústria nascente e o setor primário.

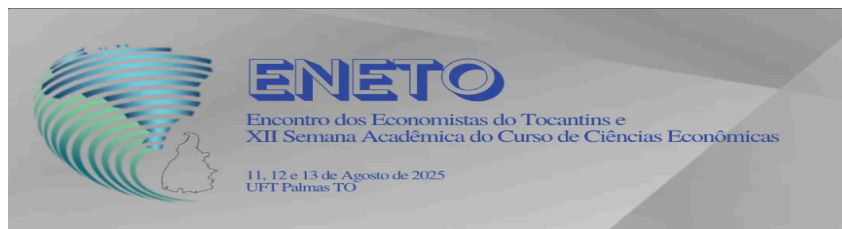
Em conclusão, Raúl Prebisch apresentou uma interpretação inovadora e crítica sobre a inserção periférica da América Latina na economia mundial, ao evidenciar a estrutura desigual das relações comerciais internacionais. Ao enfatizar a necessidade de políticas nacionais voltadas à proteção da indústria nascente e ao fortalecimento da autonomia econômica, Prebisch destacou o papel estratégico do Estado nesses contextos. Ainda que sua proposta enfrentasse limites estruturais, como a escassez de capital e a dependência das exportações primárias, seu legado permanece fundamental para a compreensão das dinâmicas do subdesenvolvimento e das possibilidades de transformação estrutural nas economias latino-americanas.

3.2 Arthur Lewis E O Desenvolvimento Com Oferta Ilimitada De Mão De Obra

W. Arthur Lewis (1915–1991), economista premiado com o Nobel, ocupa uma posição de destaque nos estudos sobre desenvolvimento econômico, sendo amplamente reconhecido por seu influente "Modelo Dual de Desenvolvimento". Essa abordagem teórica parte da concepção de que os países em desenvolvimento apresentam uma estrutura econômica dividida em dois setores: de um lado, o setor tradicional, onde prevalece a mão de obra excedente e a baixa produtividade; de outro, o setor moderno, com características capitalistas e maior capacidade de absorver trabalhadores, promovendo, assim, o crescimento econômico (Boianovsky, 2018).

No centro da teoria de Lewis está a ideia de que, em países marcados por grande densidade populacional em relação ao capital disponível e aos recursos naturais, existe uma oferta de trabalho que supera amplamente a demanda. Nesses contextos, diversas atividades apresentam produtividade marginal extremamente baixa ou até inexistente, o que permite que, mesmo com salários muito reduzidos, haja um número praticamente inesgotável de trabalhadores disponíveis (Lewis, 1969).

As principais origens dessa mão de obra excedente, segundo o autor, incluem setores como a agricultura de subsistência, o trabalho informal e intermitente, o pequeno comércio, o serviço doméstico, e ainda o trabalho não remunerado realizado por mulheres e meninas no ambiente doméstico, além do impacto do crescimento populacional (Lewis, 1969). O desenvolvimento econômico, nessa perspectiva, ocorre na medida em que o setor moderno se expande e absorve gradualmente essa força de trabalho ociosa, o que eleva a produtividade



média e permite a formação de capital, elemento central para a continuidade do crescimento (Levitt, 2008).

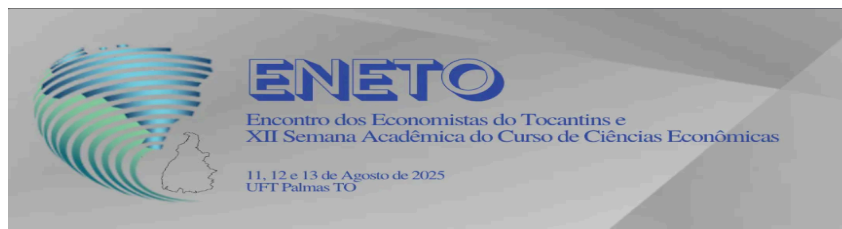
Para Lewis, o baixo nível de poupança nas economias subdesenvolvidas não está necessariamente relacionado à pobreza da população como um todo, mas sim à reduzida participação dos lucros dos capitalistas no conjunto da renda nacional. À medida que o setor moderno se amplia e os lucros passam a representar uma fatia maior dessa renda, uma parcela crescente é reinvestida, fortalecendo o ciclo de expansão produtiva e incorporação de mão de obra (Lewis, 1969).

Embora o modelo tenha influenciado profundamente o pensamento sobre desenvolvimento, ele não escapou de críticas, especialmente por parte de economistas neoclássicos. Esses críticos destacaram limitações nas premissas do modelo, particularmente no que se refere ao funcionamento do mercado de trabalho e à forma como ocorre a transição entre os setores (Ranis, 2004). Apesar dessas objeções, o modelo proposto por Lewis continua sendo uma referência importante, oferecendo ferramentas analíticas úteis para entender os processos de transformação produtiva, mobilização da força de trabalho e industrialização em contextos marcados pelo subdesenvolvimento.

3.3 Albert Hirschman e o Desenvolvimento Desequilibrado

Albert Hirschman (1915–2012) destacou-se como um dos principais economistas do pensamento desenvolvimentista, conhecido por sua abordagem prática e crítica ao modelo de crescimento equilibrado. Em contraste com essa visão, defendeu a ideia de que o desenvolvimento econômico se dá por meio de desequilíbrios produtivos que impulsionam transformações sucessivas (Bresser-Pereira, 2022). Para o autor, o processo de desenvolvimento não segue uma trajetória linear e rígida, mas sim um percurso marcado por contradições e ajustes contínuos. Ele se opunha à concepção que tratava o crescimento como resultado de uma ampla rede de investimentos simultâneos em diversos setores, propondo, em vez disso, que os investimentos fossem guiados por prioridades concretas, considerando os limites financeiros e tecnológicos, e resolvendo os problemas passo a passo (Lepenies, 2009, p. 74).

Em sua perspectiva, a desigualdade inicial entre setores e regiões não era necessariamente um entrave ao progresso, mas um elemento essencial do processo desenvolvimentista. Hirschman argumentava que os desequilíbrios atuam como estímulos para a mobilização de recursos escassos e para o avanço produtivo (Corrêa *et al.*, 2019). Sua



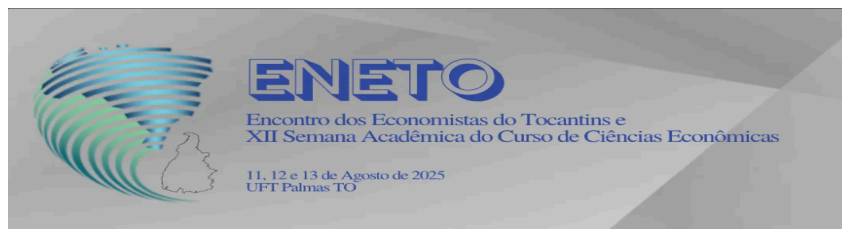
crítica ao crescimento equilibrado ia além da economia, incorporando elementos antropológicos: reconhecia que a capacidade empreendedora, embora valorizada por Schumpeter, não surgia espontaneamente em contextos periféricos, sendo condicionada por fatores institucionais e políticos que requeriam algum grau de intervenção estatal (Corrêa *et al.*, 2019).

Um dos conceitos centrais em sua teoria é o de encadeamentos produtivos, que podem ser para trás (backward linkages) ou para frente (forward linkages). De acordo com o autor, o investimento estratégico em setores industriais específicos poderia não apenas solucionar gargalos produtivos, mas também gerar novas oportunidades de negócios para o setor privado (Jabbour; Paula, 2018). Ao priorizar indústrias com elevado potencial de encadeamento, o Estado poderia fomentar o surgimento de atividades econômicas complementares, promovendo um efeito multiplicador sobre a economia. Assim, as decisões de onde investir deveriam considerar não apenas o retorno direto, mas, sobretudo, a capacidade do investimento inicial de estimular outros investimentos subsequentes (Lepenies, 2009, p. 74).

Hirschman defendia uma atuação estatal que não substituísse o mercado, mas que o orientasse e complementasse. Em sua visão, o papel do Estado era o de induzir e apoiar as iniciativas empresariais, mesmo que elas fossem desorganizadas ou incertas, apostando no seu potencial criativo (Bresser-Pereira, 2022). A condução do desenvolvimento, portanto, exigia lidar com tensões, descompassos e assimetrias, tratando-os como parte natural e até produtiva do processo (Jabbour; Paula, 2018). Embora não rejeitasse a importância do mercado, reconhecia que suas imperfeições exigiam a intervenção seletiva do Estado, que poderia guiar os investimentos de acordo com as demandas reveladas e as necessidades estruturais (Lepenies, 2009, p. 74).

Outro ponto central de sua abordagem era a valorização da capacidade de adaptação frente às incertezas. Hirschman atribuía grande importância à capacidade de adaptação e à tomada de decisões ao longo dos projetos de desenvolvimento, argumentando que o sucesso estaria mais relacionado à habilidade de lidar com desafios e incertezas do que à execução de planos rígidos e detalhados previamente (Hirschman, 1970). Em vez de seguir modelos padronizados, ele defendia a adoção de políticas incrementais e flexíveis, que pudessem evoluir conforme as circunstâncias e se moldar às especificidades de cada país (Alacevich, 2016).

Embora não acreditasse que o crescimento ocorresse de forma uniforme no território, Hirschman também refletiu sobre os efeitos espaciais do desenvolvimento. Em suas análises,



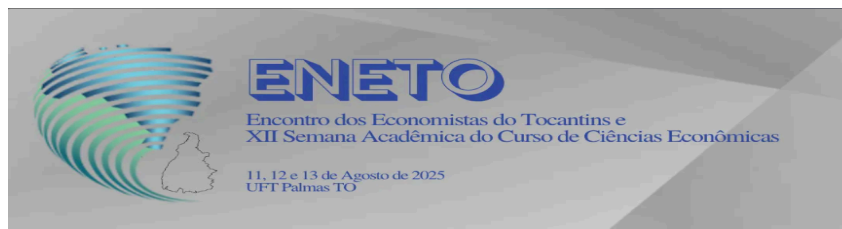
considerava que as relações entre regiões mais e menos desenvolvidas poderiam gerar tanto efeitos positivos — como o aumento das compras, dos investimentos e a difusão de capacidades — quanto negativos, como a concentração de atividades e a migração de trabalhadores qualificados (Mello Filho, 2023). Apesar desses riscos, ele tendia a acreditar que, quando houvesse complementaridade econômica entre as regiões, os efeitos positivos superariam os negativos. Entretanto, em situações onde essa complementaridade fosse fraca, somente a ação coordenada do Estado seria capaz de reduzir as desigualdades espaciais. O desenvolvimento, portanto, era concebido como um processo de transformação estrutural que exige dos governos a capacidade de estimular, administrar ou mitigar os desequilíbrios que inevitavelmente surgem ao longo do caminho (Mello Filho, 2023).

Em resumo, o legado de Albert Hirschman para o pensamento sobre desenvolvimento está em sua crítica ao modelo tradicional do crescimento equilibrado, trazendo uma visão mais prática e realista. Ele mostrou que o desenvolvimento acontece por meio de desequilíbrios produtivos, das conexões entre setores e do papel estratégico do Estado, que deve atuar orientando, mas sem substituir o mercado. Essa perspectiva ajuda a entender o desenvolvimento como um processo complexo, cheio de desafios e oportunidades, e que não segue um caminho linear. Hirschman destaca a importância de saber se adaptar, lidar com incertezas e considerar os efeitos regionais desses desequilíbrios, reforçando que políticas flexíveis e ajustadas à realidade local são essenciais para promover mudanças profundas.

3.4 Celso Furtado e o Subdesenvolvimento como Processo Histórico-Estrutural

Celso Furtado (1920–2004) é considerado um dos principais intelectuais do desenvolvimentismo na América Latina. Sua obra concentrou-se na compreensão do subdesenvolvimento a partir de uma perspectiva histórica e estrutural, destacando a importância dos condicionantes herdados da formação econômica do Brasil (Diniz, 2009).

Para o autor, o subdesenvolvimento pode ser definido “como a conformação de sociedades em que relações externas assimétricas, que geram dependência, articulam-se internamente com o sistema de dominação” (Furtado, 2000a, p. 39). Essa integração desigual das economias periféricas ao comércio internacional explicava fenômenos como a heterogeneidade tecnológica e o subemprego estrutural (Boianovsky, 2010). O avanço dos países centrais, nesse arranjo, se dava em detrimento das economias periféricas, que ficavam presas a padrões produtivos obsoletos e dependentes (Poffo *et al.*, 2023). Essa dinâmica



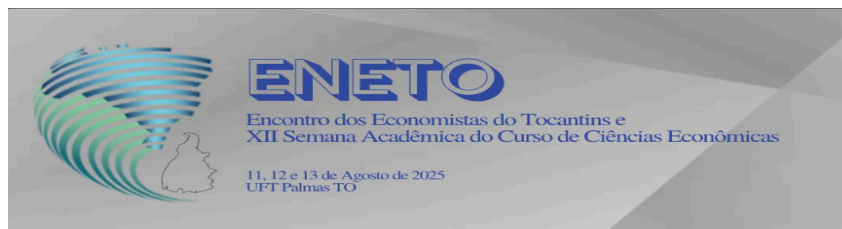
consolidava uma divisão internacional do trabalho que limitava o desenvolvimento da periferia a uma modernização restrita ao consumo, sem transformações produtivas efetivas (Goulart, 2006).

Embora a industrialização fosse considerada uma etapa essencial do desenvolvimento, Furtado chamava atenção para a importância de se pensar que tipo de industrialização poderia, de fato, conduzir à emancipação econômica (Furtado, 2019). O desenvolvimento, em sua concepção, ultrapassava os critérios meramente quantitativos de produtividade e acumulação de capital: tratava-se do “caminho de acesso a formas sociais mais aptas a estimular a criatividade humana e responder às aspirações da coletividade” (Furtado, 2019, p. 485). Assim, o progresso só se concretizaria quando houvesse coerência e articulação entre os diversos setores do sistema produtivo, algo possível apenas por meio de uma industrialização coordenada e estratégica.

Furtado também reformulou a noção de escassez como entrave ao crescimento. Em vez de atribuir os baixos investimentos à falta de poupança, ele apontava a limitada capacidade de absorção do mercado como principal barreira às inversões produtivas (Furtado, 1952). O desenvolvimento, para ele, implicava reconfigurar a maneira como os fatores de produção são combinados, rompendo com padrões ineficientes (Furtado, 1952, p. 14). Diferentemente dos países centrais, onde o crescimento deriva da inovação científica contínua, nas economias periféricas esse processo se dava pela incorporação de técnicas já conhecidas. Nessa perspectiva, o avanço tecnológico se tornava um elemento-chave da dinâmica capitalista, reforçando a divisão entre centro e periferia e dificultando a convergência internacional (De Paula; Albuquerque, 2020).

Rejeitando modelos teóricos importados, Furtado propôs um caminho de desenvolvimento próprio para a América Latina, com base em soluções ajustadas à realidade local (Loureiro *et al.*, 2020). Enfatizava a elaboração de políticas públicas voltadas à redução das desigualdades regionais, como demonstrado em sua atuação na criação da SUDENE, e destacava a importância de estratégias de planejamento integradas e inovadoras (Costa *et al.*, 2017). Para ele, o desenvolvimento deveria ser endógeno e culturalmente enraizado, já que a criatividade e a capacidade de transformação social são moldadas por estruturas simbólicas e materiais (Filho; Farias, 2016).

Em síntese, sua contribuição oferece uma interpretação crítica e profunda do subdesenvolvimento como um fenômeno histórico, estrutural e dependente. Defendia a industrialização como instrumento transformador, mas desde que integrada a uma visão de



desenvolvimento que valorizasse a cultura, o planejamento e a criatividade humana como forças motrizes de uma trajetória autônoma e justa.

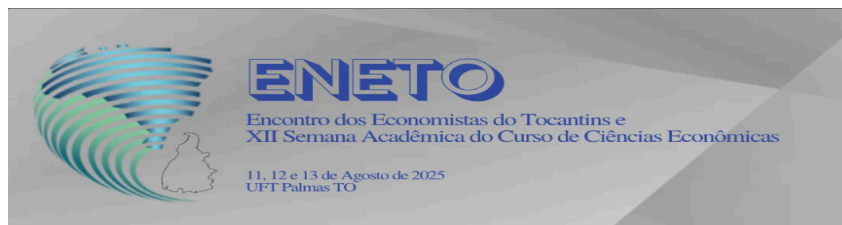
4. ANÁLISE COMPARATIVA DOS AUTORES

Apesar de cada autor trabalhado no artigo concentrar sua análise em dimensões distintas do processo de desenvolvimento, todos convergem na crítica à ideia de que o mercado, isoladamente, seria capaz de promover as transformações estruturais necessárias nos países periféricos. Em comum, compartilham a defesa de uma atuação ativa do Estado como elemento essencial para viabilizar o desenvolvimento.

Enquanto Prebisch e Furtado oferecem uma análise crítica da dependência externa, propondo a industrialização como instrumento para reverter a condição periférica, Lewis contribui ao destacar a importância da mobilização interna de recursos, sobretudo da força de trabalho excedente, como base para o crescimento econômico. Hirschman, por sua vez, complementa esse panorama ao enfatizar a gestão dos desequilíbrios e o papel dos investimentos estratégicos como motores do desenvolvimento, valorizando sua natureza dinâmica e não linear.

As principais distinções entre os autores residem nas causas atribuídas ao subdesenvolvimento e nos caminhos propostos para sua superação. Para Prebisch e Furtado, expoentes do estruturalismo latino-americano, as raízes do problema estão ligadas à inserção subordinada dos países periféricos no sistema internacional e às heranças históricas de desigualdade. Prebisch destaca os efeitos negativos da deterioração dos termos de troca e propõe a industrialização voltada para o mercado interno como resposta à dependência. Furtado, ampliando essa perspectiva, interpreta o subdesenvolvimento como um fenômeno estrutural e histórico, ressaltando a importância de reformas institucionais e da autonomia nacional.

Já Lewis concentra sua análise na dinâmica interna das economias subdesenvolvidas. Para ele, o problema central é a má alocação da força de trabalho e a baixa produtividade no setor tradicional, que pode ser superada com a expansão do setor moderno e a reinversão dos lucros, promovendo crescimento sustentado. Hirschman adota uma abordagem distinta, rejeitando o planejamento rígido e propondo o desenvolvimento a partir de desequilíbrios produtivos que incentivem a inovação e ampliem os “encadeamentos” entre setores, estimulando investimentos subsequentes.

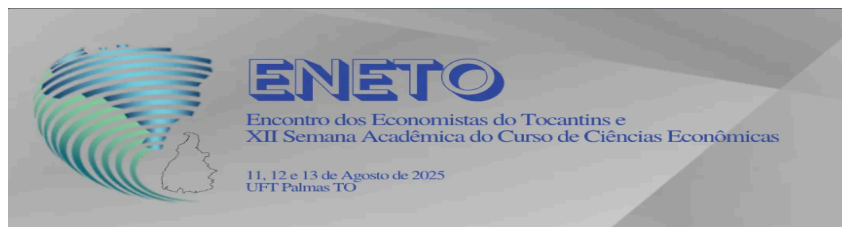


A industrialização aparece como um eixo comum nas quatro abordagens, embora com ênfases diferentes. Para Prebisch e Furtado, ela representa a via para romper com a dependência e promover transformações estruturais profundas. Lewis a compreende como meio de absorver a mão de obra excedente e de impulsionar a acumulação de capital. Hirschman, por sua vez, valoriza a industrialização a partir do seu potencial de gerar conexões produtivas entre setores e dinamizar a economia.

Quanto ao papel do Estado, também há consenso sobre sua importância, mas com variações quanto à forma de atuação. Prebisch e Furtado defendem um Estado planejador, forte e articulador de políticas públicas, capaz de proteger setores estratégicos e promover mudanças estruturais. Lewis visualiza um Estado que favorece a transição econômica e estimula o investimento. Já Hirschman propõe uma intervenção mais flexível e gradual, orientada por oportunidades específicas, capaz de induzir a iniciativa privada por meio de investimentos pontuais em áreas-chave da economia.

Quadro 1. Síntese das principais ideias de Prebisch, Lewis, Hirschman e Furtado.

Característica / Economista	Raúl Prebisch (1949)	Arthur Lewis (1954)	Albert Hirschman (1958)	Celso Furtado (1959)
Causa do Subdesenvolvimento	Deterioração dos Termos de Troca; Assimetria Centro-Periferia	Excedente de mão de obra no setor tradicional; Baixa produtividade	Falta de estímulo e coordenação para investimentos; Desequilíbrios não aproveitados	Dependência histórico-estrutural; Relações externas assimétricas; Limitação do mercado interno
Estratégia de Desenvolvimento	Industrialização por Substituição de Importações; Proteção comercial	Transferência de mão de obra do setor tradicional para o moderno; Acumulação de capital	Desenvolvimento Desequilibrado; Investimentos em "encadeamentos" (linkages)	Industrialização autêntica; Transformações estruturais profundas; Planejamento
Papel do Estado	Indutor e planejador; Proteção da	Facilitador da transição de mão de obra;	Orientador e complementar do mercado;	Indutor e planejador; Superação das



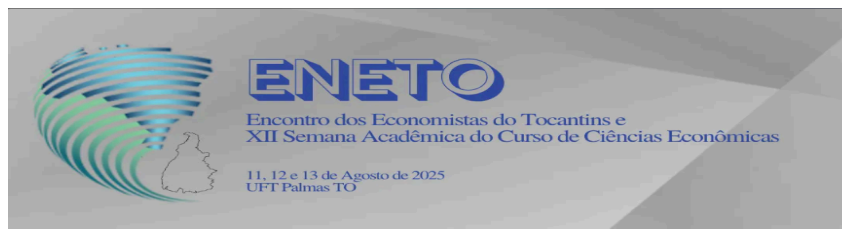
	indústria nacional; Autonomia	Criação de ambiente para investimentos	Estimula iniciativas criativas; Administra desequilíbrios	desigualdades regionais; Valorização da cultura e criatividade
Foco Principal	Relações internacionais assimétricas; Comércio; Balança de pagamentos	Alocação de fatores de produção; Acumulação de capital; Crescimento via absorção de mão de obra	Tomada de decisão; Estímulo ao investimento; Efeitos multiplicadores (linkages)	Formação histórico-estrutural; Dependência; Autonomia; Cultura; Desigualdades regionais

Elaborado pela autora, 2025.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho mostrou que as contribuições de Prebisch, Lewis, Hirschman e Furtado, embora distintas em seus enfoques, revelam uma preocupação comum: o enfrentamento das limitações estruturais que mantêm os países periféricos em situação de subdesenvolvimento. Todos os autores analisados destacam a importância da industrialização, do planejamento estratégico e da atuação do Estado como elementos centrais para promover transformações econômicas e sociais duradouras. Apesar das divergências quanto aos caminhos propostos, há uma convergência na crítica à insuficiência do mercado como motor exclusivo do desenvolvimento.

As reflexões apresentadas permitem compreender o desenvolvimento como um processo complexo, que exige soluções ajustadas às realidades locais, capacidade institucional e valorização de aspectos históricos, culturais e sociais. Mais do que modelos prontos, as teorias desses autores oferecem ferramentas para pensar caminhos autônomos de progresso, baseados em soberania, criatividade e inclusão. Assim, compreender suas propostas é essencial não apenas para interpretar o passado, mas também para formular estratégias de desenvolvimento mais adequadas à realidade de países subdesenvolvidos.



Referências bibliográficas

ALACEVICH, Michele. Albert O. Hirschman and the Rise and Decline of Development Economics. In: **History of Political Economy**. Durham: Duke University Press, 2016. p. 13-39. DOI: <https://doi.org/10.1108/S0743-41542016000034B001>.

BIBI, Samuele. Prebisch and the terms of trade. **Resources Policy**, v. 90, 104813, 2024.

BIESLCHOWSKY, Ricardo. Do “manifesto latino-americano” de Raul Prebisch aos dias de hoje: 70 anos de estruturalismo na Cepal. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 01, e202411, jan./abr. 2020.

BOIANOVSKY, Mauro. Arthur Lewis and the Classical Foundations of Development Economics. **History of Economics eJournal**, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1108/S0743-41542019000037A009>.

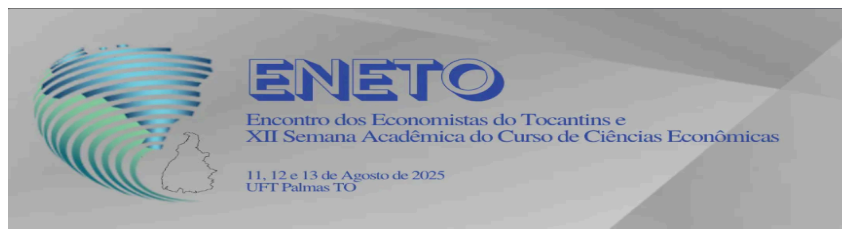
BOIANOVSKY, M. A view from the tropics: Celso Furtado and the theory of economic development in the 1950s. **History of Political Economy**, v. 42, p. 221–266, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1215/00182702-2010-002>.

BORJA, Bruno. Raúl Prebisch e seus manifestos: momentos de formação da Cepal. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, e212517, jan./abr. 2021.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A teoria do desenvolvimento econômico e a crise de identidade do Banco Mundial. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 15, p. 1-2, 2022.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Modelos de estado desenvolvimentista. **Textos para Discussão da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas**, v. 412, p. 1–23, 2016.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Teoria novo-desenvolvimentista: uma síntese. **Cadernos do Desenvolvimento**, v. 11, n. 19, p. 145–165, 2016.



CASTELO, Rodrigo. O novo-desenvolvimentismo e a decadência ideológica do estruturalismo latino-americano. In: _____. **Encruzilhadas da América Latina no século XXI**. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010. p. 191–211.

CORRÊA, José Carlos Severo; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima; KIST, Rosane Bernardete Brochier. Sobre o conceito de desenvolvimento regional: notas para debate. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 15, n. 7, 2019.

COSTA, L.; BAHIA, L.; DA COSTA BRAGA, P. Healthcare and development: a dialog with the thinking of Celso Furtado. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, n. 7, p. 2119–2127, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232017227.02682017>.

DE PAULA, J.; ALBUQUERQUE, E. Formação do pensamento de Celso Furtado, o imperativo tecnológico e as metamorfoses do capitalismo. **Revista Brasileira de Inovação**, v. 19, 2020. DOI: <https://doi.org/10.20396/rbi.v19i0.8661242>.

DINIZ, Clélio Campolina. Celso Furtado e o desenvolvimento regional. **Nova Economia**, v. 19, p. 227–249, 2009.

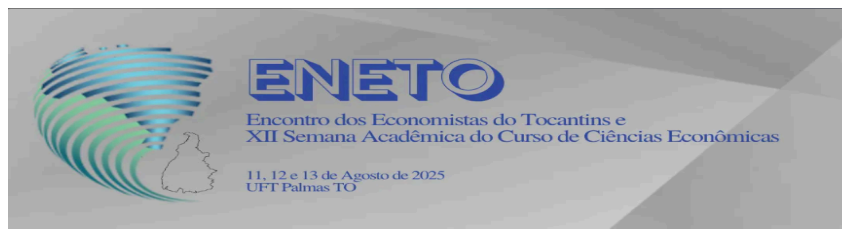
FILHO, J.; FARIAS, D. Celso Furtado: culture and creativity matter. **Journal of Economic Issues**, v. 50, p. 444–451, 2016. DOI : <https://doi.org/10.1080/00213624.2016.1176508>.

FURTADO, Celso. Formação de capital e desenvolvimento econômico. **Revista Brasileira de Economia**, v. 6, n. 3, p. 7–45, 1952.

FURTADO, Celso. O capitalismo global. 4. ed. São Paulo: **Paz e Terra**, 2000a.

FURTADO, Celso. Os desafios da nova geração. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 24, n. 4, p. 483–486, 2019.

GOULART, Sueli. Uma abordagem ao desenvolvimento local inspirada em Celso Furtado e Milton Santos. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 4, p. 1–15, 2006.



HIRSCHMAN, Albert O. *Development Projects Observed*. Washington, D.C.: **The Brookings Institution**, 1970. DOI: <https://doi.org/10.2307/2146990>.

JABBOUR, Elias; PAULA, Luiz Fernando de. A China e a “socialização do investimento”: uma abordagem Keynes-Gerschenkron-Rangel-Hirschman. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 01, e182217, jan./abr. 2018.

LEKO, M.; COOK, B.; COOK, L. Métodos qualitativos em pesquisa em educação especial. **Learning Disabilities Research & Practice**, v. 36, p. 278-286, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1111/ldrp.12268>.

LEPENIES, Philipp H. Possibilismo: vida e obra de Albert O. Hirschman. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, p. 65-88, 2009.

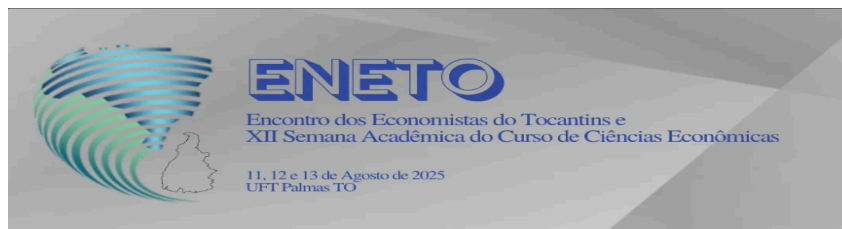
LEVITT, Kari. W. Arthur Lewis: Pioneer of development economics. **IDS Bulletin**, v. 45, p. 45-46, 2008. DOI: <https://doi.org/10.18356/59B1A73B-EN>.

LEWIS, W. Arthur. O desenvolvimento econômico com oferta ilimitada de mão-de-obra. In: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. (Org.). **A economia do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Forense, 1969. p. 406-456.

LIM, W. What Is Qualitative Research? An Overview and Guidelines. **Australasian Marketing Journal**, v. 33, p. 199-229, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1177/14413582241264619>.

LÓPEZ, Julio. Raúl Prebisch y el pensamiento estructuralista latinoamericano. **Problemas del Desarrollo**, México, v. 51, n. 202, p. 3-24, jul./set. 2020.

LOUREIRO, P.; RUGITSKY, F.; SAAD-FILHO, A. Celso Furtado and the myth of economic development: rethinking development from exile. **Review of Political Economy**, v. 33, p. 28–43, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1080/09538259.2020.1827546>.



MELLO FILHO, Marcelo S. Desenvolvimento Econômico como um Processo Social de Múltiplas Escalas Espaço-Temporais. **Organizações & Sociedade**, v. 30, p. 428-447, 2023.

MOREIRA, S.; CRESPO, Nuno. Economia do desenvolvimento? Das abordagens tradicionais aos novos conceitos de desenvolvimento. **Revista de Economia**, n. 2, p. 25–50, 2012.

PEREIRA, J. M. D. Uma breve história do desenvolvimentismo no Brasil. **Cadernos do Desenvolvimento**, v. 6, n. 9, p. 121–141, 2018. Disponível em: <https://www.cadernosdodesenvolvimento.org.br/cdes/article/view/223>. Acesso em: 25 jul. 2025.

POFFO, R.; HARTMANN, D.; MARIN, S. O pensamento de Celso Furtado sobre desenvolvimento econômico e a abordagem da complexidade. **Nova Economia**, v. 33, p. 7–36, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-6351/7355>.

PREBISCH, Raúl. O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 47-111, set. 1949.

RANIS, Gustav. Arthur Lewis' Contribution to Development Thinking and Policy. **Economic Growth Center Discussion Papers**, Yale, 2004. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1467-9957.2004.00431.x>.

SCHUMPETER, Joseph A. Teoria do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: **Fundo de Cultura**, 1961. p. 81–129.

SZMRECSÁNYI, Tamás. Celso Furtado. **Estudos Avançados**, v. 15, p. 347–362, 2001.

UNCTAD. Least Developed Countries: Recognition. Disponível em: <https://unctad.org/topic/least-developed-countries/recognition>. Acesso em: 04 ago. 2025.